



EDIÇÃO 222 JULHO 2020

DECISÃO

Associações
defendem
democracia e
STF em ato

PÁGINA 6

Amagis apoia
ação contra
a violência
doméstica

PÁGINAS 14 A 16



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Amagis e parceiros contestam pontos da previdência estadual

TIAGO PARRELA



REPRODUÇÃO



Alberto Diniz em reuniões com os diretores das Seccionais da Amagis, o deputado João Magalhães e Enéias Xavier (AMMP)

A Amagis e entidades parceiras, reunidas no Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado, irão contestar pontos da proposta da Reforma da Previdência, apresentada pelo governador Romeu Zema à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

PÁGINAS 4 E 5

MIRNA DE MOURA/TJMG



Gilson Lemes defende Judiciário na posse

Ao assumir a Presidência do TJMG, o desembargador Gilson Soares Lemes reafirmou a defesa da autonomia e aprimoramento do Judiciário.

PÁGINAS 10 A 13

+SAÚDE!

**AMAGIS SAÚDE APERFEIÇO A
SERVIÇO DE TELEMEDICINA**

PÁGINA 27

AÇÃO CONJUNTA CONTRA PERDAS NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

POR ALBERTO DINIZ*

“De maneira conjunta, vamos apresentar emendas para suprimir artigos que violem nossos direitos e aperfeiçoar outros para minorar os efeitos negativos”

Como todos já sabem, a reforma da Previdência foi enviada à Assembleia Legislativa, trazendo mais um desafio, entre os vários que enfrentamos, na defesa dos direitos consolidados da Classe.

Além da previsível reedição de mudanças ocorridas no âmbito federal, a reforma estadual inovou com alíquotas onerosas e incluiu, de maneira inoportuna, temas relacionados a uma reforma administrativa.

A matéria é complexa, por isso, já contratamos assessoria especializada para aspectos importantes quanto à possibilidade de migração, alíquotas, regras de transição e pensão.

Como a Magistratura, a Amagis também não parou e vem se preparando, desde o início do ano, para esse enfrentamento. No campo político, criamos, em fevereiro passado, o Fórum Mineiro de Carreiras Típicas de Estado (Fomcate), reunindo entidades parceiras para fortalecer a defesa e interesses de

nossas carreiras. A partir daí, desenvolvemos linhas de atuação conjunta durante a reforma da Previdência estadual.

Em nossos encontros, virtuais e presenciais, ampliamos o debate e buscamos consenso sobre emendas para supressão de artigos que violem nossos direitos e aperfeiçoamento de outros de modo a minorar os efeitos negativos. A intenção é apresentá-las em conjunto com outras associações.

Após essa fase, conversaremos com o presidente da Assembleia e com cada um dos deputados estaduais a fim de defender e convencê-los da necessidade de promover a valorizar as carreiras típicas de estado e a qualidade do serviço público. Não mediremos esforços para manter as garantias consolidadas.

Registramos aqui, mais uma vez, o grande apreço pelo presidente Nelson Missias de Moraes e gratidão por sua profícua e eficiente gestão à frente do TJMG. Nesse biênio, comandou uma diretoria dedicada e atenta às necessidades e anseios dos magistrados, com foco no aperfeiçoamento da 1ª Instância, que é a porta de entrada da justiça.

E de maneira otimista, saudamos a posse do presidente Gilson Soares Lemes e seu posicionamento em defesa das prerrogativas da Magistratura e autonomia do Judiciário mineiro. A Amagis será parceira permanente e aliada nessa missão. ●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Amagis divulga notas em favor de magistrados **PÁG 03**
- Fomcate questionará pontos da previdência estadual **PÁG 04**
- Previdência estadual é tema de live da Amagis e AMMP **PÁG 05**
- Associações defendem Democracia e o Judiciário **PÁG 06**
- Amagis contesta críticas da OAB-MG à gestão do TJMG **PÁG 07**
- Novo presidente do TRE-MG defende inovações tecnológicas **PÁG 09**
- Gilson Lemes defende separação e autonomia dos Poderes **PÁG 10**
- Entrevista: Gilson Soares, presidente do TJMG **PÁG 12**
- Judiciário se une contra a violência doméstica **PÁG 14**
- Conselho da Amagis Jurídica tem novo presidente **PÁG 17**

- Assembleia Legislativa homenageia Nelson Missias **PÁG 18**
- Gestão 2018/2020 do TJMG impulsionou plano de obras **PÁG 19**
- Abertas inscrições para finaldo ano nas colônias de férias **PÁG 21**
- Comunicação da Amagis inova com podcast jurídico **PÁG 23**

+SAÚDE!

- Amagis Saúde aprimora sistema de teleconsulta **PÁG 27**
- Juízes contam por que aprovam a Amagis Saúde **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

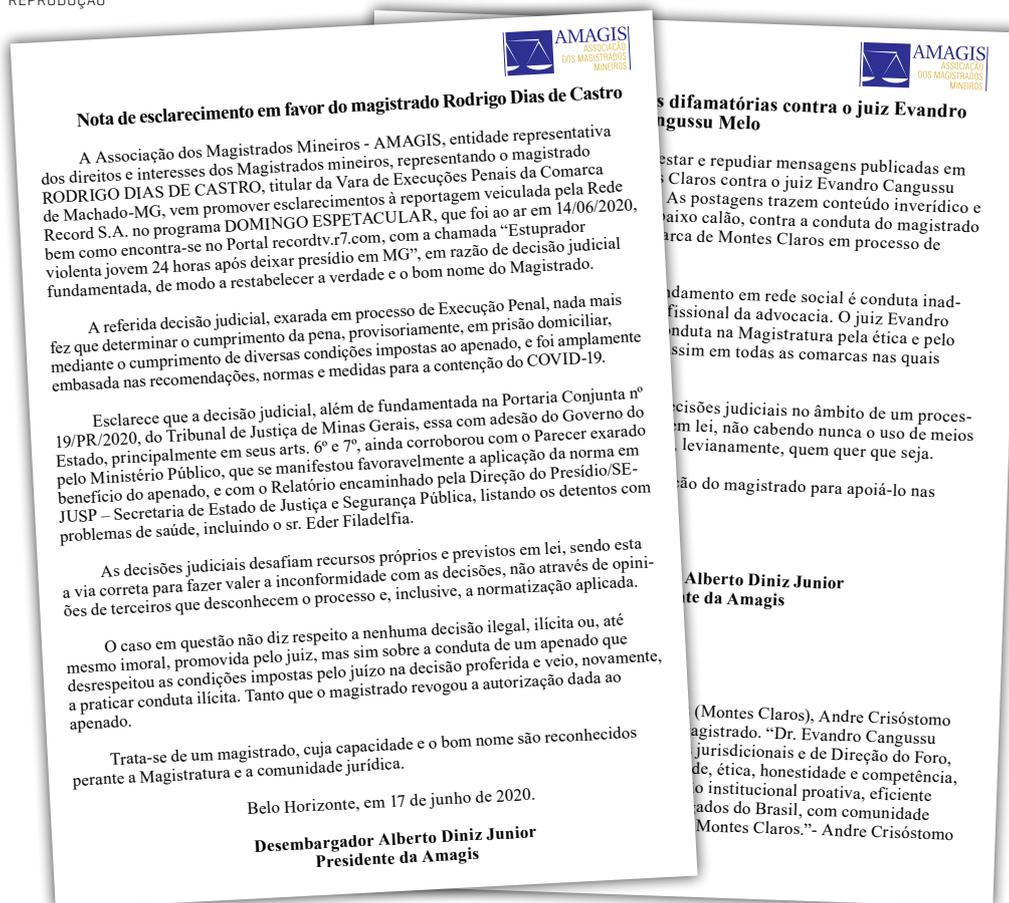
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis divulga notas em favor de magistrados

Presidente exaltou atuação dos juízes de Montes Claros e Machado

REPRODUÇÃO



O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, nos dias 11 e 17 de junho, notas em apoio aos juízes Evandro Cangussu Melo, da 5ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas), e Rodrigo Dias de Castro, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Machado (Sul de Minas).

Na primeira nota, Alberto Diniz repudiou mensagens veiculadas em rede social por advogado de Montes Claros contra o juiz Evandro Cangussu. Alberto Diniz classificou a conduta como inadmissível e criticou duramente o fato de o advogado ter publicado

em rede social conteúdo inverídico e difamatório, incluindo palavras de baixo calão, contra a conduta do magistrado e de serventaria do Fórum da Comarca em processo de inventário.

O segundo documento foi divulgado com o intuito de prestar esclarecimentos à reportagem veiculada na Rede Record, no programa Domingo Espetacular, repercutida no Portal recordtv.r7.com, com a chamada 'Estuprador violenta jovem 24 horas após deixar presídio em MG'.

Na nota, o presidente da Associação firmou que a decisão do juiz Rodrigo Castro determinando o cumpri-

mento em rede social é conduta inadmissível e difamatória. O juiz Evandro Cangussu Melo foi amplamente embasado nas recomendações, normas e medidas para a contenção do COVID-19.

Estas mensagens publicadas em rede social contra o juiz Evandro Cangussu Melo trazem conteúdo inverídico e de baixo calão, contra a conduta do magistrado de Montes Claros em processo de

contenção em rede social é conduta inadmissível e difamatória. O juiz Evandro Cangussu Melo foi amplamente embasado nas recomendações, normas e medidas para a contenção do COVID-19.

As decisões judiciais no âmbito de um processo judicial não cabendo nunca o uso de meios difamatórios, quem quer que seja.

O presidente da Associação firmou que a decisão do magistrado para apoiá-lo nas

Alberto Diniz Junior
Presidente da Amagis

(Montes Claros), Andre Crisóstomo magistrado. "Dr. Evandro Cangussu Cangussu, juiz de Direito das Comarcas Jurisdicionais e de Direção do Foro, de ética, honestidade e competência, com atuação institucional proativa, eficiente e comprometida com a comunidade de Montes Claros." - Andre Crisóstomo

75 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



Desembargador Reynaldo Ximenes, ex-presidente da Amagis (1990-1991)

"Na Constituição de 1988, o Judiciário passou a ser o responsável pela manutenção do primado da Constituição e da Lei. É por isso que o Art. 102 da Constituição assegura ao STF a sua guarda, afastando interpretação canhestra de juristas antidemocráticos que veem no artigo 142 possível base para permitir às Forças Armadas golpear as instituições democráticas. Cumprimento os associados e os exortamos para que fiquemos atentos e lutemos para fortalecer a Associação cada vez mais, a fim de que o Brasil não se sujeite a qualquer quebra da normalidade democrática"



Fomcate questionará pontos da previdência estadual

Associações mobilizam membros das carreiras típicas de Estado

Com a apresentação da reforma da previdência estadual à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pelo governador Romeu Zema (Novo), no dia 19 de junho, o Fórum Mineiro das Carreiras Típicas de Estado (Fomcate) prepara-se para questionar pontos do texto que afetam direitos e intensificou a mobilização da classe contra eventuais perdas com a proposta. A Amagis integra o fórum.

O primeiro passo já foi dado pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que, no primeiro dia útil seguinte (22) à apresentação do texto à ALMG, promoveu reunião (virtual) com os diretores das Seccionais da Amagis no Estado. No encontro, ouviu cada um deles e informou que o Fomcate irá contratar uma assessoria especializada e dar continuidade à interlocução com os deputados sobre a tramitação da reforma da previdência estadual na Assembleia.

Horas depois da discussão virtual com os diretores das Seccionais, o presidente da Amagis participou de reunião com os outros integrantes do Fomcate.



Deputado João Magalhães comprometeu-se a analisar as propostas da Amagis

gislato deliberou que a apreciação da PEC n. 55/2020 e do PLC 46/2020 ocorrerá mediante a observância dos prazos regimentais, de forma remota, em reuniões de Plenário e em reuniões extraordinárias de comissões.

Em comunicado aos magistrados mineiros, o presidente Alberto Diniz informou que os textos repetem as dis-

impactos e ressaltou a importância do diálogo com os parlamentares. “Conversaremos com o presidente da Assembleia e com cada um dos deputados estaduais a fim de defender e convencê-los da necessidade de promover e valorizar as carreiras típicas de Estado e a qualidade do serviço público”, afirmou.

“Conversaremos com o presidente da ALMG e com cada um dos deputados estaduais a fim de defender e convencê-los da necessidade de promover e valorizar as carreiras típicas de Estado e a qualidade do serviço público”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

Participaram os presidentes da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier Gomes; da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, Fernando Campelo Martelletto; da Associação dos Procuradores de Minas Gerais, Ivan Ludovice Cunha; do Sindicato de Auditores Fiscais da Receita Estadual, Marco Couto, além da 1ª vice-presidente da AMMP, Larissa Amaral. Em ambos os casos, Alberto Diniz afirmou que a Amagis não medirá esforços para defender as garantias consolidadas.

O projeto foi encaminhado oficialmente ao plenário da ALMG no dia 23 de junho. Em acordo de líderes, o Le-

posições da reforma ocorrida em âmbito federal, com mudanças quanto à alíquota, além de temas relacionados a uma eventual reforma administrativa. O presidente da Associação também observou que existe previsão expressa de faculdade de migração para os servidores que ingressaram anteriormente à instituição do regime complementar, contudo sem contrapartida do patrocinador e sem a previsão de benefício especial.

Ao comentar a proposta enviada pelo governador Romeu Zema, Alberto Diniz disse que irá estudar a proposta com afinco para avaliar seus

O contato com os parlamentares já teve início. No dia 19, o presidente Alberto Diniz recebeu, na sede da Associação, ao lado presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Enéias Xavier Gomes, o deputado estadual João Magalhães (MDB) e o advogado Nazário Nicolau, especialista em direito previdenciário, para uma reunião sobre a reforma da previdência estadual. Na avaliação do presidente da Amagis, o encontro foi positivo e a perspectiva é de que o diálogo com a ALMG seja ampliado para que a Amagis e parceiros preservem os benefícios das carreiras.●

Previdência estadual é tema de live da Amagis e AMMP

Palestra do advogado Nazário de Faria foi transmitida pelo Youtube

REPRODUÇÃO YOUTUBE/AMAGIS

A fim de ampliar o debate sobre a reforma da previdência estadual, a Amagis e a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) promoveram, no dia 3 de julho, uma live com o advogado Nazário Maia Gonçalves de Faria, especialista em Direito Previdenciário.

Na abertura da live, Nazário de Faria ressaltou o esforço dos presidentes da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e da AMMP, Enéias Xavier, nas discussões com os parlamentares para apontar os efeitos negativos do projeto e apresentar

os pleitos da classe. Na avaliação do advogado, o primeiro avanço conquistado com esse empenho foi a possibilidade de retirada da reforma administrativa da pauta.

Durante a palestra, o advogado abordou questões como a regra geral de aposentadoria, cujo tempo de contribuição seria de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, com 25 anos de contribuição. O advogado observou, no entanto, que essa redução no tempo de contribuição pode não ser vantajosa, considerando-se a forma como a média das



Nazário de Faria falou sobre tempo de contribuição e regras de transição

contribuições deverá ser calculada.

Nazário de Faria também falou sobre as regras de transição, cujo sistema de pontuação proposto não fará jus à integra-

lidade e paridade das carreiras. O especialista criticou o fato de o texto não apresentar regra de transição de cálculo para os membros das carreiras típicas de estado.

A aposentadoria por invalidez, pensão por morte e contribuição progressiva ordinária foram outros temas abordados na live, que está disponível no site amagis.com.br. ●

Inscreva-se na lista de **WhatsApp** ou **Telegram** da Amagis para receber informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



Associações defendem Democracia e o Judiciário

Com Amagis, manifestação foi realizada em ato pela Internet

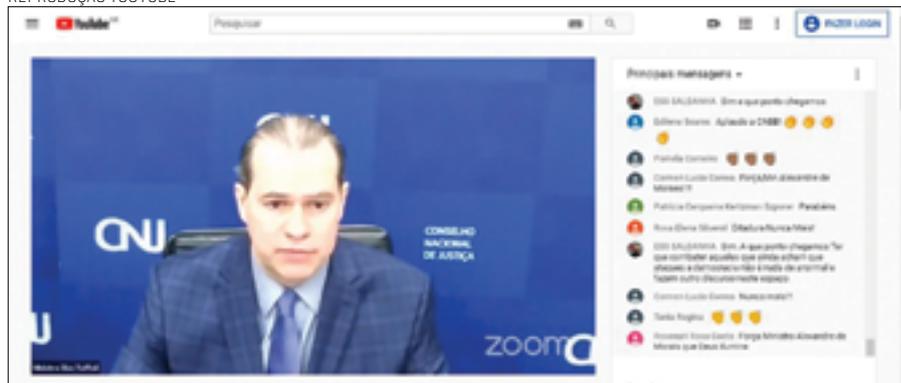
Com o apoio de mais de 200 Associações, entre elas a Amagis, a AMB promoveu, em 8 de junho, Ato em Defesa da Democracia e do Judiciário, realizado na plataforma de vídeos do Youtube.

Durante o ato, que contou com a participação dos ministros do STF, Dias Toffoli (presidente) e Alexandre de Moraes, foi lançado 'Manifesto em defesa da Democracia e do Judiciário', do qual a Amagis é signatária.

No documento, as mais de 200 entidades de classe que assinam o texto sustentam que o STF tem desempenhado, de forma republicana, seu papel de balizar a forma como a Constituição deve ser aplicada. As Associações também repudiaram os ataques e ameaças ao Judiciário e a ministros do STF feitos por grupos que pregam a volta da ditadura.

"Atacar o STF significa ameaça a todo o Judiciário e aos valores democráticos no

REPRODUÇÃO YOUTUBE



Ministro Dias Toffoli, presidente do STF, participou do ato da AMB

de retrocessos no País", afirmou.

Para a presidente da AMB, juíza Renata Gil, estão na Constituição as soluções democráticas para as questões da sociedade. "O Judiciário está em alerta para a guarda da nossa ordem constitucional e da garantia dos direitos de todos os brasileiros. Permane-

crático precisa de um Poder Judiciário forte, altivo e independente. É isso que todos nós, certamente, estamos aqui para defender", ressaltou.

Felipe Santa Cruz, presidente nacional da OAB, disse que o STF é fundamental para a proteção do cidadão brasileiro. "Sem a Suprema Corte, nenhum

“Apesar de relativamente jovem, com 30 anos, podemos afirmar que a democracia brasileira está consolidada, tendo promovido importantes avanços, entre eles as eleições diretas. Devemos, a Magistratura, atuar contra tentativas de retrocessos no País”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

Brasil. Discordâncias, debates e críticas fazem parte e são bem-vindas no Estado de Direito. A liberdade de manifestação e de expressão, no entanto, não abarca discurso de ódio e a apologia ao autoritarismo, à ditadura e a ideologias totalitárias que foram derrotadas no passado", pontua as Associações no manifesto.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o ato reafirma a função da Magistratura, do Judiciário e, principalmente, do STF não só como guardiões da Constituição como da própria democracia. "Apesar de relativamente jovem, com 30 anos, podemos afirmar que a democracia brasileira está consolidada, tendo promovido importantes avanços, entre eles as eleições diretas. Devemos, a Magistratura, atuar contra tentativas

çamos unidos em prol da nossa pátria tão amada, tão idolatrada", disse.

Em referência ao ato, o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, ressaltou que, no Brasil, há instituições sólidas que viabilizam a concretização dos princípios republicanos e democráticos. "É através da democracia, da pluralidade, com as diferenças e a nossa guia maior, que é a Constituição de 1988, e só nela e através dela, buscamos as soluções possíveis. O Brasil é muito maior do que todos juntos. O povo brasileiro é muito maior do que todas as nossas instituições. O povo brasileiro vencerá", concluiu.

O ministro Alexandre de Moraes saudou a AMB e demais Associações pela iniciativa e falou sobre a importância da democracia para uma nação. "Reafirmo que um País livre e demo-

crático brasileiro está protegido. Nós, hoje, renovamos nosso compromisso em defesa das nossas instituições e, em especial o STF, e reafirmamos não haver caminho para o Brasil fora da democracia", argumentou.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo, presidente da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, ressaltou a importância da atuação conjunta das instituições e da Justiça para os pobres. "A nação brasileira e o povo brasileiro esperam de nós uma ação sempre conjunta, forte e em defesa da democracia, para que possamos, por esse caminho, escutar os clamores dos pobres e de todos aqueles que precisam de Justiça, paz e de equilíbrio igualitário na sociedade brasileira", comentou. *Leia o manifesto na íntegra no site amagis.com.br.*

Amagis contesta críticas da OAB-MG à gestão do TJMG

Alberto Diniz exaltou atuação do Tribunal na pandemia

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 18 de junho, nota pública contestando as críticas do presidente da OAB-MG, Raimundo Cândido Júnior, veiculadas na rede social Instagram (@oabmgoficial), a respeito de decisões administrativas internas e de gestão responsável da Presidência do TJMG.

No documento, Alberto Diniz afirmou que as críticas feitas pelo presidente da seção mineira da Ordem não têm fundamentos técnico e institucional. O presidente da Amagis destacou que desde o início da quarentena, determinada pelo Conselho Nacional de Justiça [CNJ] e pelas autoridades sanitárias, o Judiciário mineiro já realizou mais de 13 milhões [até aquela data] de atos processuais, alguns presencialmente, a maioria de maneira remota.

Esses números,

de acordo com Alberto Diniz, demonstram que, mesmo na situação atípica imposta pela pandemia do novo coronavírus, a Magistratura mineira tem se esforçado em um trabalho remoto, por isso intenso e sem limites, para garantir os direitos da sociedade e do cidadão.

O presidente da Amagis também observou que o TJMG, assim como os tribunais de outros Estados, se pauta pelas recomendações do CNJ, cujas determinações têm seguido as orientações das autoridades sanitárias. "O andamento de processos físicos depende, exclusivamente, do Conselho Nacional de Justiça, por envolver situação presencial", afirmou Alberto Diniz ao ressaltar que, para vencer as dificuldades vividas nesse momento, é preciso paciência democrática, confiança e respeito institucionais.●

REPRODUÇÃO



Amagis contesta críticas da OAB/MG à gestão responsável do TJMG

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) se manifesta publicamente, com serenidade e equilíbrio, em defesa do Judiciário, instituição tão atacada nos últimos tempos, em especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e de sua profícua atuação, bem como de seus magistrados e servidores.

Mesmo na situação atípica imposta pela pandemia do novo Coronavírus, o Judiciário mineiro tem se esforçado em um trabalho remoto, por isso intenso e sem limites, para garantir os direitos da sociedade e do cidadão.

Desde o início da quarentena orientada pelas autoridades sanitárias e determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), já foram realizados mais de 13 milhões de atos processuais, alguns presencialmente, a maioria de maneira remota.

Por essa razão, contestamos, de maneira respeitosa, as críticas do presidente da OAB/MG, Raimundo Cândido Júnior, veiculadas na rede social Instagram (@oabmgoficial), registre-se, sem fundamentos técnico e institucional, a respeito de decisões administrativas internas e de gestão responsável da Presidência do TJMG.

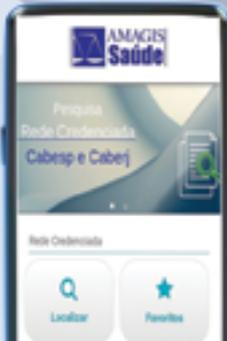
Como é de praxe, o Tribunal mineiro, como os de outros Estados, se pauta pelas recomendações do CNJ, que, por sua vez, adota o bom senso de seguir as das autoridades sanitárias. O andamento de processos físicos depende, exclusivamente, do Conselho Nacional de Justiça, por envolver situação presencial.

Com paciência democrática, confiança e respeito institucionais, devemos todos seguir o exemplo para que, o mais breve possível, possamos vencer as dificuldades desta difícil realidade que afeta a todos, sem exceção, no Brasil e o no mundo.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2020

Desembargador Alberto Diniz Junior
Presidente da Amagis

APLICATIVO AMAGIS SAÚDE



- ✓ Consulta à rede credenciada
- ✓ Carteira virtual do plano
- ✓ Consulta do histórico de utilização (pagamentos)
- ✓ Download do demonstrativo para IRPF
- ✓ Espaço para armazenamento de prescrições (receitas e exames)
- ✓ Notícias

Login e senha para acesso ao aplicativo são os mesmos do site da AmagisSaúde



DISPONÍVEL NO
Google Play



Baixe na
App Store



ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO



PRÉ LEILÃO

Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.



AValiação

Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.



EDITAL

Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.



INTIMAÇÃO

Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.



MÍDIAS

Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...



PUBLICIDADE

Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.



REALIZAÇÃO

Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.



GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.



PÓS LEILÃO:

Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

www.mgl.com.br | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



**Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:**

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

GRUPO CRÉDITO

Novo presidente do TRE-MG defende inovações tecnológicas

Alexandre Victor de Carvalho tomou posse em sessão virtual

Em seu primeiro pronunciamento, em 22 de junho, quatro dias após sua posse, o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, novo presidente do TRE-MG, disse que sua administração terá como norte e desafio o desenvolvimento de sistemas no âmbito da tecnologia da informação.

Essa afirmação foi feita na primeira sessão da Corte Eleitoral sob a direção do novo presidente, quando o desembargador Octavio Augusto de Nigris Boccalini foi empossado no cargo de juiz Substituto do TRE-MG, classe desembargador, substituindo o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, que foi empossado como novo vice-presidente e corregedor do TRE-MG. As posses foram feitas por meio de sessões virtuais.

O presidente do TRE-MG observou que, hoje, em função da prevenção contra o novo coronavírus [covid-19], a sociedade como um todo incorpora cada vez mais novas tecnologias no seu dia a dia. “Estamos em uma era de transformação digital da jurisdição. Isso significa dizer que devemos ter em mente a necessidade de implementar novas ferramentas tecnológicas”, comentou.

Segundo o presidente Alexandre Carvalho, a modernidade e o dinamismo serão os dois princípios que devem orientar um novo desenho institucional, com vistas à obtenção de resultados baseados na qualidade e produtividade, mediante critérios capazes de incentivar e induzir mais envolvimento dos atores envolvidos no processo.

Na avaliação do novo presidente do TRE-MG, o teletrabalho estará inserido nesse novo contexto. “O teletrabalho é sim uma realidade. E nessa administração, ele continuará, evidentemente dentro do que é possível e desde que não exija o trabalho físico e presencial. Certamente, será um desafio concluir os estudos necessários que primem pela eficiência e produtividade”, afirmou Alexandre Carvalho.

Ao falar sobre o teletrabalho, o magistrado referiu-se ao ex-presidente do TRE-MG e desembargador Rogério Medeiros, seu antecessor, para quem o trabalho remoto não significa conforto e ausência aos serviços, mas presença virtual produtiva e eficiente para contemplar os setores do Tribunal nos quais a presença física seja dispensável.

Sobre o novo coronavírus, o desembargador Alexandre Carvalho disse que medidas de monitoramento e supervisão para a prevenção ao contágio pelo Covid-19 serão um constante na vida institucional. O magistrado também afirmou que projetos e ações em andamentos contarão com a necessária priorização.

NOVO MEMBRO

Antes de cumprimentar o novo membro da Tribunal, o desembargador Marcos Lincoln dos Santos, novo vice-presidente e corregedor do TRE-MG, parabenizou o desembargador Alexandre Victor de Carvalho por sua posse na presidência do TRE-MG, e agradeceu aos demais membros da Corte Eleitoral pela confiança nele depositada. Marcos Lincoln Santos, então, saudou Octavio Boccalini, a quem se referiu como amigo e companheiro de caminhada.

O desembargador Octavio Boccalini ressaltou que o

ROBERT LEAL/TJMG



Alexandre Victor de Carvalho, novo presidente do TRE-MG

ROBERT LEAL/TJMG



Marcos Lincoln, vice-presidente e corregedor do TRE-MG

ARQUIVO/TJMG



Octavio Boccalini passou a integrar a Corte Eleitoral

TRE-MG sempre proferiu soluções sábias e apropriadas à lei e ao Direito, e afirmou que a Corte Eleitoral continuará respondendo à sociedade com isonomia, impessoalidade e rapidez. O magistrado foi eleito para o cargo, no dia 2 de junho, pelo Tribunal Pleno do TJMG, assim como o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que foi indicado como membro substituto do Tribunal Eleitoral na classe juiz. O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz Junior, participou da solenidade virtual. ●

Gilson Lemes defende separação e autonomia dos Poderes

Novos dirigentes do TJMG tomaram posse no Palácio das Artes

TIAGO PARRELA



Solenidade foi restrita e cumpriu todas as medidas de prevenção ao novo coronavírus

“Temos como um dogma (no Tribunal), e na verdade o é, pois se trata de cláusula pétrea da Constituição da República, restringe-se em respeitar a separação dos poderes, permitindo-se e exigindo-se que cada poder exerça e limite-se à sua função definida na Carta Magna”

Gilson Lemes,
presidente do TJMG

“Dirigir nosso tribunal foi um desejo, uma vocação, enfim, uma responsabilidade para a qual me preparei e à qual me dediquei com todas as minhas forças e todo meu espírito, não importando se isto muitas vezes tenha me custado algumas angústias”

Nelson Missias de
Morais

“O recado que deixo é que os poderes em Minas, mais do que nunca, têm dialogado, têm se respeitado e trabalhado mutuamente em prol de todos os mineiros”

Romeu Zema,
governador de Minas
Gerais

Ao assumir a presidência do TJMG, para o biênio 2020/2022, o desembargador Gilson Soares Lemes assumiu como meta a separação dos Poderes, conforme previsto na Constituição, e criticou os desacertos entre as instituições, que, na avaliação dele, repercute de forma direta na recuperação econômica e causa agonia ao brasileiros em meio à crise da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

“Dentre tantas ações [de gestão], uma das mais importantes, que aqui, em nosso Tribunal, temos como um dogma, e na verdade o é, pois se trata de cláusula pétrea da Constituição da República, restringe-se em respeitar a separação dos poderes, permitindo-se e exigindo-se que cada poder exerça e limite-se à sua função definida na Carta Magna”, afirmou o novo presidente do TJMG.

Em referência aos desafios impostos com a crise do Covid-19, o desembargador falou da im-

portância da implementação de novas tecnologias, da expansão da política de acesso remoto e ressaltou o trabalho da Magistratura mineira na pandemia. “Durante o período de isolamento social, com o trabalho em home office, foram executados mais de 17 milhões de atos processuais, com a produção de mais de 700 mil sentenças e decisões, que não poderiam aguardar o retorno das atividades presenciais”, destacou Gilson Lemes.

O novo presidente do TJMG disse ainda que pretende dar continuidade e otimizar o funcionamento de programas como Integridade do Tribunal de Justiça, Novos Rumos e Pontualidade, as iniciativas de combate à violência doméstica e prosseguir com a modernização e construção de novos fóruns, proporcionando melhores condições de trabalho a magistrados, servidores e demais operadores do direito. *Saiba mais na entre-*

vista com o desembargador Gilson Lemes publicada nas páginas 12 e 13.

AGRADECIMENTOS

Em seu discurso, o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Lemes, agradeceu aos seus pais Joaquim Soares Lemes e Helena Conceição Lemes e aos irmãos Nil-da, Gelson, José e João Soares por encorajá-lo nos momentos difíceis. O magistrado também manifestou seu carinho e gratidão aos filhos Ana Carolina, Gilson Júnior e à sua companheira Aliny Kacia e a Luiz Gustavo Silva, seu enteado.

Gilson Lemes cumprimentou os membros da nova diretoria e saudou os vice-presidentes, corregedor e vice-corregedor, que, até então, geriam o Tribunal, e fez uma menção especial ao seu antecessor na Presidência do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, que foi homenageado durante a solenidade de posse.

“Sinto-me honrado e gratificado por ter participado efetivamente de sua Administração, pois foram dois

anos de muito trabalho, muitos obstáculos, mas com excelentes resultados. Conforme foi demonstrado nesta sessão, temos que aplaudir a gestão que ora se encerra, haja vista os extraordinários avanços obtidos para magistrados, servidores e todos os operadores do Direito”, afirmou Gilson Lemes.

RECONHECIMENTO

Antes de o então presidente Nelson Missias dirigir-se aos presentes, foi exibido um vídeo com o balanço de sua gestão, em reconhecimento ao trabalho realizado por ele à frente do TJMG. O desembargador agradeceu nominalmente aos vice-presidentes, corregedor e vice-corregedor de Justiça, juízes auxiliares e servidores pela gestão compartilhada, e falou sobre o desafio de gerir o TJ.

“Dirigir nosso tribunal foi um desejo, uma vocação, enfim, uma responsabilidade para a qual me preparei e à qual me dediquei com todas as minhas forças e todo meu espírito, não importando se isto muitas vezes tenha me custado algumas angústias e algum sofrimento pessoal e familiar”, disse.

Nelson Missias também falou sobre a capacidade do seu sucessor para assumir a Presidência do TJMG. “Gilson tem o perfil talhado para a gestão e conhece o Tribunal como poucos, o que lhe dá o instrumento para a boa gestão, sem falar que ele teve a sabedoria de manter grande parte da equipe técnica que nos assessorou”, comentou.

SAUDAÇÕES

A saudação oficial ao novo presidente do TJMG foi feita pelo desembargador Bruno Terra Dias, que, ao abordar a relação entre as pessoas e as instituições, disse que a vida é construída individual e coletivamente, com símbolos que revelam às pessoas as representações do mundo e compreensão do tempo e dos fatos. E que o momento

demonstrava o significado da gestão do desembargador Nelson Missias e o que se propõe à gestão do presidente Gilson Lemes.

Ao dirigir-se ao desembargador Nelson Missias e o presidente Gilson Lemes, Bruno Terra disse que “há líderes cuja história justifica sua condição pela dedicação esmerada à grandeza das instituições” e completou: “O bom gestor, como já deu o desembargador Gilson Soares Lemes provas de ser, é um doador de si em prol da coletividade, sem distinção nenhuma, pelo simples fato de ser honesto, por buscar incessantemente o ponto de equilíbrio dos pratos da balança da Justiça”.

O novo presidente do TJMG também foi cumprimentado pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e pelo ministro João Otávio de Noronha, presidente do STJ, que enviaram vídeos exibidos na solenidade. Zema parabenizou a gestão do desembargador Nelson Missias e desejou sucesso ao presidente Gilson Lemes. “O recado que deixo é que os poderes em Minas, mais do que nunca, têm dialogado, têm se respeitado e trabalhado mutuamente em prol de todos os mineiros”, disse.

O ministro João Otávio também enalteceu o trabalho do desembargador Nelson Missias e cumprimentou o presidente Gilson Lemes. “A gestão que se encerra deu um exemplo de como se gere um tribunal e superou todas

as expectativas. Tenho certeza da competência do novo presidente do Tribunal mineiro, desembargador Gilson Soares Lemes. Eu, também como jurisdicionado mineiro, acredito muito no mesmo sucesso da gestão que aqui termina”, afirmou.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, falou sobre a importância do diálogo da Associação com o TJ durante a gestão do desembargador Nelson Missias e disse que a expectativa é de fortalecimento do diálogo institucional com o Tribunal sob o comando do presidente Gilson Lemes. “A expectativa da Amagis é manter e fortalecer a parceria institucional com o Tribunal de Justiça, com o objetivo de avançarmos com as bandeiras da classe, a valorização do Judiciário e fortalecer o Judiciário, pois consideramos esse diálogo muito importante para a Magistratura”, comentou.

Durante a solenidade, que foi restrita aos desembargadores e alguns familiares, também foram empossados os desembargadores José Flávio de Almeida, 1º vice-presidente e superintendente judiciário; Tiago Pinto, 2º vice-presidente e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes; Newton Teixeira Carvalho, 3º vice-presidente e superintendente da Assessoria de Gestão da Inovação; Agostinho Gomes de Azevedo, corregedor-geral de justiça; e Edison Feital Leite, vice-corregedor-geral de justiça. ●

AMAGIS



Presidentes Gilson Lemes [TJMG] e Alberto Diniz [Amagis]

“A expectativa da Amagis é manter e fortalecer a parceria institucional com o Tribunal de Justiça, com o objetivo de avançarmos com as bandeiras da classe, a valorização do Judiciário e fortalecer o Judiciário, pois consideramos esse diálogo muito importante para a Magistratura”

**Alberto Diniz,
presidente da Amagis**

“O bom gestor, como já deu o desembargador Gilson Soares Lemes provas de ser, é um doador de si em prol da coletividade, sem distinção nenhuma, pelo simples fato de ser honesto, por buscar incessantemente o ponto de equilíbrio dos pratos da balança da Justiça”

Bruno Terra Dias

“A gestão que se encerra deu um exemplo de como se gere um tribunal e superou todas as expectativas. Tenho certeza da competência do novo presidente do Tribunal mineiro, desembargador Gilson Soares Lemes. Eu, também como jurisdicionado mineiro, acredito muito no mesmo sucesso da gestão que aqui termina”

**Ministro João
Otávio de Noronha,
presidente do STJ**



AMAGIS

Gilson Soares

Defender a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e as prerrogativas da Magistratura mineira. Esses são alguns dos princípios adotados pelo desembargador Gilson Soares Lemes, novo presidente do TJMG, empossado no dia 1º de julho, que, nessa entrevista ao jornal DECISÃO, fala sobre a necessidade de investimentos em tecnologia e da política de valorização da Justiça de 1ª instância.

Como o fato de o senhor ter sido superintendente administrativo adjunto do TJMG pode contribuir para a implementação das políticas da sua gestão?

Em 2018, ano que o presidente Nelson Missias assumiu a direção do TJMG, fui convidado a ocupar o cargo de desembargador superintendente administrativo adjunto, que atua na linha de frente da gestão do Poder Judiciário mineiro. Desde então, auxiliando o presidente Nelson, pude verificar uma grande melhora na prestação jurisdicional no nosso Estado.

Óbvio que ainda há muito trabalho a ser feito. A população brasileira clama por um Judiciário célere, ético e que apresente uma resposta à altura das demandas que são levadas ao crivo dos magistrados.

A experiência de ter atuado na Superintendência Administrativa Adjunta será de grande ajuda para a implementação das políticas da nossa gestão, sempre com o auxílio dos demais membros da direção, desembargadores, magistrados mineiros e servidores.

De forma geral, há, sim, como melhorar a prestação jurisdicional, e esse será o objetivo primeiro da nossa gestão. Inclusive, na proposta que apresentei aos meus pares antes da eleição, fiz questão de ressaltar que buscaremos continuamente qualidade, governança, estratégia e planejamento na tomada das decisões afetas ao TJMG, norte fundamental nas diretrizes da boa administração pública.

Quais as principais ações o senhor pretende desenvolver no Judiciário mineiro durante esse biênio?

Posso destacar que o aperfeiçoamento e modernização do Poder Judiciário mineiro são das prioridades da nossa gestão. Uma busca, de forma contínua, pelo aprimoramento dos processos internos, objetivando a modernização administrativa e consequente aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados à população. Pretendo garantir que sejam implantadas, no âmbito do Tribunal de Justiça, as melhores soluções de tecnologia da informação, proporcionando o contínuo aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Além disso, fortalecer o Pro-

grama de Integridade do TJMG, garantindo sua expansão e constante aperfeiçoamento de forma a permanecer como paradigma para outras instituições.

Por fim, em linhas gerais, pretendo manter o firme posicionamento de que, em nenhum momento, pode ser ameaçada a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, com uma defesa inabalável do Poder Judiciário e das prerrogativas da Magistratura de Minas Gerais, atuando em nível estadual e federal, enaltecendo o papel da instituição na defesa da democracia e dos direitos individuais.

Será implementada uma política específica para a Justiça de 1ª instância?

Elenquei no meu plano de gestão que pretendo assegurar o Plano de Aceleração de Obras como parte integrante do Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, dando continuidade ao célere e responsável processo de construção, reforma e ampliação de edificações em todas as regiões do Estado, resultando em melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores e em melhor atendimento aos jurisdicionados.

Irei consolidar o processo de unificação dos quadros de servidores da 1ª e 2ª Instâncias, promovendo a adequada distribuição dos recursos humanos e a isonomia de tratamento entre os servidores.

Avançamos muito na atual gestão, com a implantação

“Pretendo manter o firme posicionamento de que, em nenhum momento, pode ser ameaçada a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, com uma defesa inabalável do Poder Judiciário e das prerrogativas da Magistratura”

do Processo Judicial eletrônico (PJe) nas 297 comarcas e com alguns avanços significativos na criação e aperfeiçoamento de outros sistemas. Mas esse período de trabalho durante a pandemia da Covid 19 já nos mostrou que há necessidade de mais investimentos, pois a justiça virtual já não é mais o futuro, é o presente.

O aperfeiçoamento e modernização do Tribunal de Justiça será prioridade da gestão. Gostaria de destacar que empreenderemos esforços e iniciativas para a expansão do Processo Judicial Eletrônico (PJe), com o foco voltado para sua implantação na área criminal, bem como para a melhoria continuada das ferramentas e procedimentos que envolvem o sistema.

Qual ou quais devem ser o foco da valorização da 1ª Instância?

Na política de valorização da primeira instância, gostaria de ressaltar que pretendo desenvolver e aprimorar ações e projetos que promovam o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, envidarei esforços no sentido de manter o Programa Novos Rumos, um dos braços do Tribunal de Justiça que alcança significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade social, na posição de vanguarda em nível nacional.

Trataremos como prioridade a política de segurança dos magistrados e servidores, garantindo que em todas as edificações do Estado estejam aplicadas as medidas adequadas, além de permanente trabalho com os órgãos de segurança e inteligência. Além disso, manter e incrementar o relevante Programa Pontualidade, com o escopo de julgar os processos paralisados nas comarcas do interior e capital, será outra prioridade.

A interlocução com a Amagis pode contribuir para a implementação das políticas de gestão propostas pelo senhor?

A Amagis é uma instituição de mais alta importância e representatividade da nossa classe, sendo fundamental para a defesa do Poder Judiciário e das prerrogativas da Magistratura do Estado de Minas Gerais.

Sou membro da Amagis, guardando um profundo sentimento de pertencimento à nossa instituição, tendo, inclusive, recentemente, em razão da eleição para o cargo de presidente do TJMG, pedindo dispensa da presidência do Conselho Editorial da Revista Amagis Jurídica, publicação que tanto me orgulha.

Pretendo caminhar lado a lado com a Amagis, sempre ouvindo os pedidos, sugestões e colaborações da querida associação.

Como a interlocução com o Legislativo e o Executivo pode fortalecer o Poder Judiciário?

Reafirmo que pretendo manter o firme posicionamento de que, em nenhum momento, pode ser ameaçada a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, com uma defesa inabalável do Poder Judiciário e das prerrogativas da Magistratura de Minas Gerais, atuando em nível estadual e federal, enaltecendo o papel da instituição na defesa da democracia e dos direitos individuais. Promoveremos o constante acompanhamento da proposição e/ou tramitação de projetos que sejam do in-

teresse do Poder Judiciário e de seus membros, seja na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seja no Congresso Nacional, mantida a respeitosa e produtiva interlocução com o Poder Legislativo nas duas esferas.

Até onde vão a independência e a harmonia entre os Poderes?

Assim será a relação do Poder Judiciário com os demais Poderes do Estado de Minas Gerais, uma relação franca e aberta, sempre na busca pelo melhor para o povo mineiro. A Constituição da República proclama que os Poderes são independentes.

Não obstante esse grau de autonomia, devemos lembrar que, na verdade, os Poderes são interdependentes. O convívio harmônico com os Poderes é um mandamento constitucional, sempre com um respeito recíproco, e tenho certeza que assim será.

Como o senhor avalia a retomada das atividades essenciais do TJMG na pandemia?

Estamos vivendo um momento 'inédito' no Brasil e no mundo. A pandemia do novo coronavírus terá um efeito devastador na economia mundial, conforme dados preliminares do Fundo Monetário Internacional, divulgados em seu último boletim "Perspectivas da Economia Mundial", sob o título de "O Grande Confinamento". Essas perspectivas exigem cautela por parte dos administradores públicos, gestores, empresários e população em geral, evitando-se um agravamento da crise que se avizinha.

Houve a suspensão do expediente em todo o Judiciário mineiro, permanecendo o atendimento presencial apenas em esquema de plantão e para medidas urgentes. Essa suspensão do expediente não significa que o Judiciário está paralisado. Os servidores e magistrados estão exercendo suas atividades em casa.

O trabalho remoto pode afetar, em algum momento a prestação jurisdicional?

O que foi alterado profundamente foi o modo em que o serviço está sendo prestado, pois estamos todos em trabalho remoto, mas a entrega de resultados aos cidadãos praticamente não se alterou.

Por incrível que possa parecer, em alguns casos a prestação jurisdicional está mais ágil, pois os magistrados, tanto na primeira quanto na segunda instância, puderam se dedicar em tempo integral à análise dos processos, sem a necessidade de fazer atendimentos presenciais. De qualquer forma, a suspensão dos prazos processuais já começa a provocar certo represamento, razão pela qual o CNJ já deliberou pela retomada gradual das atividades. ●

“A Amagis é uma instituição da mais alta importância e representatividade da nossa classe, sendo fundamental para a defesa do Poder Judiciário e das prerrogativas da Magistratura”

Judiciário se une contra a violência doméstica

Amagis apoia campanha Sinal Vermelho da AMB e do CNJ



POR GEORGIA BAÇVAROFF

A violência doméstica contra as mulheres é uma das mais graves questões de saúde pública e, como o coronavírus, também é considerada uma pandemia. Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), obtido em uma série de estudos publicados na revista médica The Lancet, aponta que uma em cada três mulheres no mundo é vítima desta violência. Essas mulheres, ainda de acordo com a OMS, têm duas vezes mais chance de ter depressão e quase o dobro de chance de desenvolver alcoolismo.

Durante a pandemia do coronavírus, essa violência tem registrado aumento. Isso acontece porque o isolamento social acaba colocando em risco a integridade física, moral, psicológica, sexual e patrimonial das pessoas expostas à violência doméstica, devido à proximidade de seus agressores. Apesar disso, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP] mostraram que os registros de boletins de ocorrência apre-

sentaram queda nos primeiros dias de isolamento social, provavelmente pela dificuldade que as mulheres têm de acionar os canais de denúncia. “A isso damos o nome de subnotificação. Mas a violência contra a mulher não diminuiu, já que, de acordo com o FBSP, houve crescimento dos números de feminicídio, bem como nos registros do 190 para atendimentos relativos à violência doméstica”, argumentou a presidente da Associação de Magistrados Brasileiros [AMB], juíza Renata Gil. Atualmente, o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking de países mais violentos contra a mulher, de acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [ACNUDH].

A alteração desse cenário passa, necessariamente, pela informação e pela denúncia. Foi pensando nisso que diversas entidades, entre elas a Amagis, se uniram e lançaram a campanha nacional Sinal Vermelho, que tem o objetivo de ajudar as mulheres vítimas de violência a fazer a denúncia de maneira silenciosa e discreta.

Para denunciar, basta desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao funcionário de alguma farmácia. Em seguida, os profissionais acionam a polícia para atendimento à mulher, que terá à sua disposição uma rede de apoio já preparada para acolhê-la. Balconistas e farmacêuticos não serão conduzidos à delegacia e nem, necessariamente, chamados a testemunhar. Até o momento, mais de 10 mil farmácias em todo o País aderiram à iniciativa como agentes de comunicação contra a violência doméstica. A lista com o nome das redes e farmácias que participam da campanha está na página da campanha no site da AMB: amb.com.br/sinalvermelho

A campanha foi lançada de forma virtual, no dia 10 de junho, pela AMB e pelo Conselho Nacional de Justiça [CNJ] com o apoio da Amagis e das demais Associações de magistrados do País. A atriz e apresentadora Ana Furtado é a madrinha da campanha.

Segundo Renata Gil, a participação e o engajamento das Associações estaduais de magistrados, entre elas a

AMB



“A violência contra a mulher não diminuiu, já que, de acordo com o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), houve crescimento dos números de feminicídio, bem como nos registros do 190 para atendimentos relativos à violência doméstica”

Juíza Renata Gil,
Presidente da AMB

Amagis, é de extrema importância para a eficácia da campanha. “Nosso foco é que a campanha tenha alcance e adesão cada vez maiores. Tenho certeza de que, com o trabalho integrado das Associações regionais de magistrados, vamos juntos ajudar a salvar muitas vidas. A campanha Sinal Vermelho contra a violência doméstica é de todos nós”, disse a presidente da AMB.

“O ‘X’ feito com batom na palma da mão pode ser facilmente apagado, logo a vítima poderá voltar para casa e o agressor não saberá da denúncia”, observou Renata Gil. De acordo com ela, depois que a de-

ROBERT LEAL/TJMG



“Temos projetos muito bons no combate à violência doméstica. Mas é preciso empenho e esforço contínuo dos poderes públicos bem como o envolvimento e a participação de toda a sociedade para que esses projetos se efetivem e consigam reduzir os índices de violência”

Desembargadora Alice
Birchal

núncia for acolhida pela farmácia, o 190 será acionado e uma viatura da Polícia Militar será encaminhada até o estabelecimento levando a vítima para o registro da ocorrência e aplicação da medida protetiva. “É um grito de socorro para quem, muitas vezes, não consegue usar os canais tradicionais de denúncia. São mulheres que estão sob o domínio do agressor”, afirmou Renata Gil.

De acordo com a magistrada, as farmácias foram escolhidas porque durante a pandemia estão abertas e geralmente são ambientes neutros e facilitadores. “A mulher não vai se sen-

ARQUIVO PESSOAL



“Muitas mulheres são vítimas, mas não se reconhecem como tal. É muito importante saber que a violência doméstica não acontece apenas quando existe sangue ou marcas de agressão física. Ela acontece, na grande maioria das vezes, de forma silenciosa, com a agressão psicológica”

Juíza Maria Aparecida
Consentino

tir intimidada ao entrar, além de existirem farmácias em todos os lugares e bairros”, apontou a presidente da AMB.

ACESSO À INFORMAÇÃO

A violência doméstica e familiar consiste em qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, de acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha.

Para a juíza do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de

Belo Horizonte, Maria Aparecida Consentino, o acesso à informação é um grande aliado na luta contra a violência doméstica. “Muitas mulheres são vítimas, mas não se reconhecem como tal. É muito importante saber que a violência doméstica não acontece apenas quando existe sangue ou marcas de agressão física. Ela acontece, na grande maioria das vezes, de forma silenciosa, com a agressão psicológica”, pontuou a magistrada.

A violência, de acordo com a legislação, pode ser física, quando ofende a integridade ou a saúde corporal da mulher; psicológica, quando lhe causa dano emocional, diminuição da autoestima, prejuízo ou perturbe seu desenvolvimento, bem como visa degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, etc; sexual, quando há qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo etc.

“A violência psicológica é sutil e silenciosa. Ela não deixa marcas visíveis, mas provoca grandes danos. Ela fere a alma da mulher”, advertiu a juíza Maria Consentino. De acordo com ela, existem três pontos para identificar uma violência psicológica dentro de um relacionamento, que são o controle excessivo, o ciúme excessivo e o isolamento. “Se isso acontece, é sinal de

alerta. Eu costumo dizer que, onde tem amor, não tem posse, e onde tem posse não tem amor. Nos casos de violência doméstica, a mulher é objetificada, como se fosse uma coisa. E isso não pode acontecer”, apontou a juíza.

Segundo a magistrada, há um enraizamento da violência doméstica na sociedade e isso se dá devido ao machismo histórico. “Por isso, a Lei Maria da Penha é tão importante. Foi um divisor de águas na vida dessas mulheres, porque veio estabelecer que todo caso de violência doméstica é crime e deve ser apurado por meio de inquérito policial, além de tipificar as situações de violência doméstica, entre outros benefícios”, orientou a magistrada. Para Maria Consentino, o grande desafio é fazer com que a mulher se reconheça na situação de violência e busque ajuda. “A campanha Sinal Vermelho veio contribuir exatamente nos dois pontos mais importantes do combate à violência doméstica, que são o acesso à informação e a denúncia”, afirmou a juíza, que há quatro anos atua no 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belo Horizonte.

APROXIMAÇÃO

Para a superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar [Comsiv] do TJMG, desembargadora Alice Birchal, a campanha Sinal Vermelho é muito importante porque aproxima a vítima de um canal de denúncia acessível. “Ela não precisa falar, apenas mostrar as mãos. Outra vantagem é

que um batom, para fazer o ‘X’ na mão, é um instrumento de fácil acesso. Geralmente, todo mundo tem um batom”, observou a desembargadora. Segundo a magistrada, muitas vezes, as mulheres que sofrem este tipo de violência já não têm acesso ao seu próprio celular, por exemplo, que já foi retirado dela pelo seu agressor. “Impedir o acesso da mulher ao mundo externo, tirando dela o celular, ou o carregador do celular, é uma característica do agressor”, contou. Alice Birchal destacou o aumento da violência doméstica no Estado de Minas Gerais durante a quarentena, com o índice de 67%. A expectativa, segundo ela, é de que cresça mais ainda. “Geralmente, na normalidade, o índice de violência já é muito alto. E existe também muito julgamento por parte da sociedade, muitas vezes sem saber pelo que a mulher passa e o que ela enfrenta”, observou. Ainda de acordo com a superintendente da Comsiv, o País evoluiu muito e contou com a grande contribuição da Lei Maria da Penha. No entanto, segundo a magistrada, a violência contra a mulher está enraizada na sociedade e, por isso, é necessário muito empenho. “Temos projetos muito bons no combate à violência doméstica e que nos dão esperanças para a diminuição dessa violência. Mas é preciso empenho e esforço contínuo dos poderes públicos bem como o envolvimento e a participação de toda a sociedade para que esses projetos se efetivem e consigam reduzir os índices de violência no País”, afirmou a magistrada. ●



Também é violência:

- Impedir** que a mulher lave as mãos ou use sabonete e álcool em gel
- Disseminar **informações erradas** sobre a COVID e o isolamento, como **forma de controle**
- Não permitir** comunicação com familiares por redes sociais

Conselho da Amagis Jurídica tem novo presidente

Desembargador Lailson Baeta assume direção da revista

O desembargador Lailson Braga Baeta Neves é o novo presidente do Conselho Editorial da revista Amagis Jurídica, a publicação científica da Magistratura mineira. A nomeação foi feita pelo presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, em junho.

Mestre e doutor em direito pela PUC Minas, o magistrado assume a presidência do conselho editorial da revista com a experiência de quem leciona há 22 anos, tendo sido professor de Direito Civil e Direito Mercantil na Unimontes e de direito Empresarial na UNA e no Cefet-MG. O desembargador é autor dos livros como 'Vozes do Cárcere' e 'O Juiz monocrático e a preservação da pessoa humana em juízo'.

A Amagis Jurídica é publicada on-line e recebe artigos

ERIC BEZERRA/TJMG



Lailson Baeta é novo presidente do Conselho Editorial

científicos em fluxo contínuo. São avaliados trabalhos pesquisadores, consultores, docentes e estudantes de pós-graduação, mestrado e doutorado em Direito, bem como profissionais das carreiras jurídicas.

A avaliação dos pareceristas é feita pelo sistema de dupla avaliação cega, os ar-

tigos devem ser inéditos, seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as regras gramaticais vigentes, ter títulos, resumo e palavras chaves versadas para o inglês. Conheça todas as normas da publicação pelo site amagis.com.br e tire suas dúvidas pelo e-mail imprensa@amagis.com.br.

Abertas as inscrições para o Prêmio Patrícia Acioli

Iniciativas podem ser enviadas até 10 de agosto

As inscrições para o 9º Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos podem ser feitas até o dia 10 de agosto. Ao todo, são quatro categorias: trabalhos dos magistrados, acadêmicos, reportagens e práticas humanísticas, com destaque para os direitos humanos e a cidadania. A última modalidade é voltada para cidadãos e instituições com atuação na temática da premiação.

Serão aceitos trabalhos com coautores, no entanto,

o prêmio será atribuído ao trabalho selecionado e entregue apenas em nome do autor. Os trabalhos dos magistrados e acadêmicos deverão ter de 8 a 20 laudas, conforme as especificações do regulamento. Na modalidade voltada aos jornalistas, serão aceitas reportagens publicadas entre 13 de setembro de 2019 a 10 de agosto de 2020.

Na categoria prática humanística, serão avaliadas iniciativas que signifiquem

prestígio e valorização da dignidade humana por meio da cidadania. Nessa modalidade, a comissão julgadora poderá fazer visitas no local onde a prática é realizada. Ainda como parte da premiação, a Amaerj irá entregar um troféu a uma personalidade com atuação na área de Direitos Humanos e Cidadania, indicada pela classe.

O regulamento e as informações sobre as inscrições estão disponíveis no [hotsite amaerj.org.br/premio](http://hotsite.amaerj.org.br/premio).

75 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



Ministro Paulo Medina, ex-presidente da Amagis (1994-1995)

"A Amagis está na vanguarda sempre! Não estou falando da Amagis só em Belo Horizonte. Todos conhecem a Amagis. A Associação de classe tem que atender ao juiz em primeiro lugar e ela defende o juiz em primeiro lugar. Leva à sociedade o seu nome como o carro-chefe do movimento de racionalização, moralidade, força, renovação permanente e engajamento da Justiça para melhor servir. A Amagis é uma referência não só para a sociedade de Belo Horizonte e de Minas Gerais, mas também uma referência para os outros estados"



Assembleia Legislativa homenageia Nelson Missias

TJMG e ALMG assinaram acordos em reunião especial

Em reunião especial, na qual foram assinados acordos entre os Poderes Judiciário e Legislativo, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageou, no dia 23 de junho, o então presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, com uma placa reverencial entregue pelo presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus.

Ao falar sobre a homenagem, Agostinho Patrus afirmou que o desembargador Nelson Missias fez a escolha pela esperança, com determinação e coragem, e citou os feitos do ex-presidente do Tribunal, como a construção de novos fóruns e a expansão do Processo Judicial eletrônico [PJe] em todas as comarcas mineiras. “Por isso, os 77 deputados estaduais fizeram questão de concordar com essa homenagem e de apoiá-la”, afirmou.

O desembargador Nelson Missias agradeceu a homenagem e ressaltou a importância harmônica entre os Poderes, especialmente nesses dois últimos anos, quando Minas Gerais enfrentou sérios desastres e dificuldades econômicas. “O parlamento esteve atento e de pé para estender a mão ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário”, disse.

ACORDOS

Foi assinado um acordo que prevê a utilização da ferramenta barramento de serviços do Processo Eletrônico Nacional, do Processo Eletrônico Nacional integrado ao Sistema Eletrônico de Informações, assinatura e tramitação de documentos entre o TJMG e a ALMG.

Também foram assinados dois termos de cooperação técnica para a implementação de um ponto pré-processual para a homologação de acordos de

DANIEL PROTZNER/ALMG



Deputado Agostinho Patrus homenageia o desembargador Nelson Missias

mediação e conciliação do Procon da Assembleia. O outro para atermação nos Juizados Especiais de Belo Horizonte, quando não for celebrado acordo nas audiências do Procon da ALMG, caso seja de interesse do reclamante.

ÓRGÃO ESPECIAL

Ao conduzir sua última sessão do Órgão Especial do TJMG, em 10 de junho, o desembargador Nelson Missias de Moraes foi homenageado pelos magistrados que integram o colegiado, em reconhecimento à sua gestão frente ao Tribunal (biênio 2018/2020) e pela valorização do Judiciário mineiro.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, abordou as qualidades do desembargador Nelson Missias como gestor e ressaltou o compromisso dele na valorização das melhorias das condições de trabalho

dos magistrados, particularmente da 1ª Instância, com iniciativas como a construção de novos fóruns, entre outras *(veja mais na página ao lado)*.

O novo presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, que foi superintendente administrativo adjunto do Tribunal na gestão de Nelson Missias, ressaltou o empenho do seu antecessor para cumprir as metas da gestão. Gilson Lemes também comentou sobre a atuação associativa do desembargador, que foi presidente da Amagis (2007/2009).

Em seu agradecimento aos membros do Órgão Especial, Nelson Missias disse que o reconhecimento de seus pares manifestado durante a sessão é fruto da consciência de que não se caminha só, mas com uma gestão compartilhada que conte com a participação de todos os dirigentes do Tribunal, magistrados e servidores. ●

CONVÊNIOS

● Farmácia de manipulação Vida Natural

10% de desconto à vista em produtos e 7% de desconto em com prazo de 30 dias.

Telefone: (31) 3225-7282

Endereço: Rua Cláudio Manoel, 31,

Funcionários, Belo Horizonte

● Audium aparelhos auditivos

Desconto de 30% em toda a linha de aparelhos auditivos e sistema de FM. O benefício não é cumulativo. Teste domiciliar gratuito por até 15 dias.

Endereços: Rua Guajajaras, 740, Centro, Belo Horizonte;

Telefone: (31) 3213-2003

Rua Alagoas, 1.005 – Lojas 1, 2, e 3, Savassi, Belo Horizonte;

Telefone: (31) 3261-3434

Site: clnicas.audiumbrasil.com.br

Gestão 2018/2020 do TJMG impulsionou plano de obras

Foram 24 obras inauguradas e 34 estão em fase de execução

A melhoria das condições de trabalho dos magistrados, servidores e operadores do Direito, nas instalações do Judiciário mineiro, foi umas das metas da diretoria do TJMG, biênio 2018/2020, cujo presidente foi o desembargador Nelson Missias de Moraes.

MIRNA DE MOURA/TJMG



Fórum de Carmo da Mata

MIRNA DE MOURA/TJMG



Fórum de Candeias

CECÍLIA PEDERZOLI/TJMG



Fórum de João Pinheiro

Com esse propósito, 24 importantes obras foram inauguradas nesse período, e a construção de 34 novos fóruns estão em fase de execução ou de licitação. A edificação dessas novas unidades integra o Plano de Aceleração de Obras do TJMG, que ganhou

MIRNA DE MOURA/TJMG



Fórum de Ervália

ROBERT LEAL/TJMG



Fórum de Prados

ROBERT LEAL/TJMG



Fórum de Peçanha

impulso na gestão do desembargador Nelson Missias. Com o lançamento ou inauguração das obras o presidente do Tribunal esteve mais próximo dos magistrados que atuam no interior. Veja abaixo alguns dos prédios inaugurados recentemente. ●

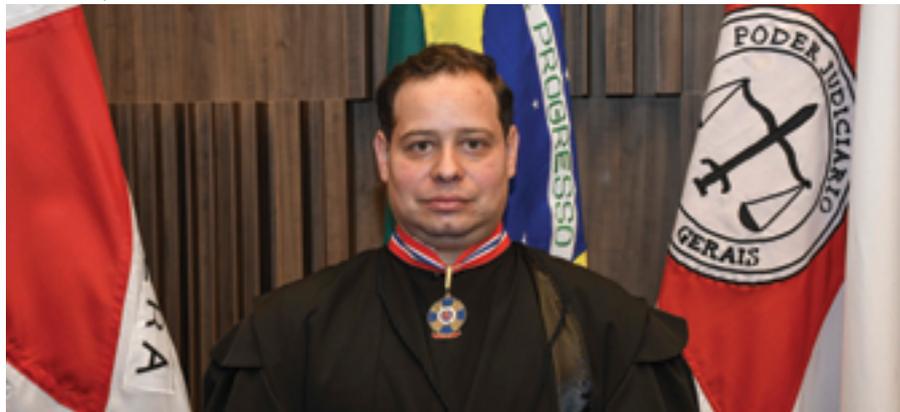
Henrique Abi-Ackel toma posse no TJMG

Novo desembargador atuará na 8ª Câmara Criminal do Tribunal

ROBERT LEAL/TJMG

Nomeado pelo governador Romeu Zema para a vaga do Quinto Constitucional destinada à advocacia, Henrique Abi-Ackel Torres tomou posse, no dia 24 de junho, no cargo de desembargador do TJMG, em solenidade presidida pelo então presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes.

Ao dar posse ao magistrado, Nelson Missias ressaltou a dedicação da família Abi-Ackel à causa pública e as qualidades do novo desembargador. “Sua juventude, com certeza, virá trazer sangue novo a esta Casa. Mas sua juventude não chega sozinha, evidentemente, caro colega desembargador. Chega acompanhada de um currículo e de uma prática profissional que o fazem altamente merecedor da Magistratura superior e lhe garante todas as condições para aqui desenvolver uma carreira em alto nível”, afirmou.



Desembargador Henrique Abi-Ackel atuará na 8ª Câmara Criminal do TJMG

O desembargador Henrique Abi-Ackel, que atuará na 8ª Câmara Criminal do TJMG, falou sobre sua admiração pelo Poder Judiciário e de seu compromisso com a Justiça.

“Fui muito feliz na minha profissão e pretendo representá-la com um trabalho digno e sério do primeiro ao último dia na minha carreira como magistrado”, comentou.●

Juíza passa a atuar no STF

Aline Sena auxiliará a ministra Cármen Lúcia

GENILTON ELIAS

O Órgão Especial do TJMG autorizou, no dia 10 de junho, a juíza Aline Damasceno Pereira de Sena, da comarca de Guanhães, a atuar como auxiliar no gabinete da ministra Cármen Lúcia, do STF. A solicitação foi feita pelo presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli.

Aline Sena disse ser uma honra auxiliar a ministra Cármen Lúcia, que, para a juíza, é uma profissional dedicada e vocacionada na função que ocupa e que orgulha a todos os mineiros nos cenários nacional e internacional. “Para mim, a experiência se converterá em um grande aprendizado e oportunidade de crescimento profissional”, comentou.

Natural de Guanhães, o desembargador Geraldo Domingos Coelho destacou que a juíza Aline Sena é uma magistrada preparada, tem realizado um excelente trabalho na Comarca de Guanhães e que irá representar muito bem a Magistratura mineira e o TJMG no STF.●



Juíza Aline Damasceno auxiliará a ministra Cármen Lúcia, do STF

Abertas inscrições para final do ano nas colônias de férias

Liberação da hospedagem está sujeita às normas sanitárias

BRUNO GONTIJO



Colônia de férias de Nova Viçosa (BA) tem uma área verde de 50 mil metros quadrados

Por conta da grande procura na alta temporada de final de ano e no verão, a diretoria da Amagis decidiu abrir as inscrições para hospedagem nas colônias de férias, em dezembro de 2020 e janeiro de 2021, com a ressalva de que as unidades só serão reabertas caso não existam mais riscos para a saúde dos magistrados e seus familiares em função da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Os associados interessados podem fazer suas inscrições para o sorteio de vagas nas colônias de Caxambu (Sul de Minas), Ubatuba (SP), Caldas No-

vas (GO), Cabo Frio (RJ) e Nova Viçosa (BA) até o dia 27 de agosto. O sorteio será realizado no dia 31 do mesmo mês.

As colônias de férias da Amagis estão localizadas em regiões turísticas distintas, a fim de atender aos magistrados que atuam nas mais diferentes comarcas de Minas Gerais. Cidades como Caxambu e Caldas Novas são alternativa de descanso aos associados que procuram um pouco mais de tranquilidade, com suas águas termais próprias para o relaxamento dos visitantes.

Para quem deseja passar as férias no litoral, as

melhores opções são Nova Viçosa, próxima ao Parque Nacional de Abrolhos; Cabo Frio, sétima cidade mais antiga do Brasil, onde história e natureza se misturam; e Ubatuba, que, além das praias paradisíacas, propicia aos turistas inúmeros passeios no Parque Estadual da Serra do Mar.

De acordo com o regulamento das unidades sociais da Amagis, durante a alta temporada, somente os associados e seus dependentes podem se hospedar nas colônias. Os candidatos a uma vaga podem fazer suas inscrições pelo e-mail ca-cia@amagis.com.br ou pelo telefone (31) 3079-3459.●

75 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



**Desembargador
Elpídio Donizetti, ex-
presidente da Amagis
(1998 - 2001)**

“As instituições têm a altura e representatividade dos homens e mulheres que as criaram e dirigiram. E a Amagis, desde sua fundação, tem na sua história nomes importantes para a Magistratura mineira como os desembargadores Erotides Diniz, Régulo da Cunha Peixoto, entre outros, que a presidiram. A Amagis foi e continua sendo uma representação importantíssima da classe, principalmente neste momento de tentativas de fragilização da Magistratura e do Estado Democrático de Direito”





DIVULGAÇÃO

BAÚ DE ACORDES

Tem samba no mar

Tiago Parrela - O músico e compositor baiano Roque Ferreira, um dos mais importantes compositores de samba baiano, ao lado de Batatinha e Riachão, e que tem em torno de 1000 músicas, já foi cantado por diversos sambistas, como João Nogueira, Clara Nunes, Zeca Pagodinho, Roberto Ribeiro, Beth Carvalho, entre outros.

Em seu disco "Tem samba no mar", de 2004, o compositor assim apresenta, com uma riqueza literária e de expressões, o álbum, como memórias de infância em Nazaré das Farinhas e o que o constituiu como músico e sambista, de roda, coco, embolada, chula, galope e toda, ritmos da cultura popular.

Segundo o músico, "Este disco começou na infância, quando Nazaré das Farinhas passou por mim e era uma cidade enterrada no rio, as águas do Jaguaripe embicadas como telhas no telhado açulando os manguezais preguiçosos vencidos a remo de faia e canoa de caimbé.

Em seu comentário sobre o disco, Ferreira disse: "A chula cortava os canaviais, e o samba prosseguia pelos apicus e barreiros, o barro puxado a mão, embarcado, empescoçado, brunido a caraço de mucumã e depois trepado nos quartinhos e aparadouros na forma arquetípica de moringas, púcaros, infusos, talhas, cântaros, cangaceiros, santos e

assim oferecidos nas Feiras de Caxixi".

"Daí o samba me levou para o mar em marujadas e procissões do Bom Jesus dos Navegantes, astrolábio era o Cruzeiro do Sul, saveiro era de pontal grande, calado alto, mastro de conduru, que andou na lama do mangue, quilha de jetaipeba, fundo de ouricurana e vau de sapucaia [...] barrancos de falésias e praias selvagens de dunas brancas de areia morna e rios largos de salgueiro apetaladas e marmeleiros de pomos açucarados, chilreio de canindé e aracanga, asa-branca chamando chuva na beira dos laranjais: Caminho das águas. Eu estava pronto, a alma sedimentada de samba e mar", disse o poeta.●

AGENDA CULTURAL

Com a necessidade do isolamento social, em função da pandemia do coronavírus, muitas bandas e músicos optaram por se apresentar em lives (transmissões ao vivo pela internet) oferecendo ao público de todo o País uma opção de lazer e descontração dentro de casa. Com a realização de vários shows, o jornal DECISÃO selecionou a apresentação de vários cantores disponíveis gratuitamente na plataforma de vídeos YouTube.

LIVES*

● SKANK NO MINEIRÃO

Duração: 2h25

Link: bit.ly/2YpfORh

● JOTA QUEST - A VOZ DO CORAÇÃO

Duração: 3h28

Link: bit.ly/2YoMBpv

● NANDO REIS - VOZ E VIOLÃO

Duração: 1h30

Link: bit.ly/37n0sAt

● LULU SANTOS - PRA DANÇAR E CANTAR

Duração: 1h53

Link: bit.ly/3dVru4u

● ZECA BALEIRO - AMOR NO CAOS

Duração: 2h16

Link: bit.ly/2MQkbPL

● DIOGO NOGUEIRA

Duração: 3h26

Link: bit.ly/2XUvbC5

● ZECA PAGODINHO

Duração: 1h34

Link: bit.ly/37nVdkj

● IVETE SANGALO

Duração: 2h40

Link: bit.ly/2AIT8u1

● BELL MARQUES - SÓ AS ANTIGAS

Duração: 5h16

Link: bit.ly/3cR2yd5

● MARÍLIA MENDONÇA

Duração: 5h53

Link: bit.ly/2AhZMAH

● SÉRGIO REIS E RENATO TEIXEIRA

Duração: 3h50

Link: <https://bit.ly/37jqrJp>

● CHITÃOZINHO E XORORÓ

Duração: 2h27

Link: <https://bit.ly/3dUJ1t0>

SÉRIES INFANTIS**

● DORA, A AVENTUREIRA

Se você precisar consertar um robô, encontrar o seu caminho em um labirinto de milho ou visitar o Papai Noel no Polo Norte, Dora e seus amigos lhe mostrarão como fazer. Elenco: Kathleen Herles, Harrison Chad, Marc Weiner
Criação: Chris Gifford, Valerie Walsh, Eric Weiner

● THE MAGIC SCHOOL BUS

Junte-se à sra. Frizzle e seu ônibus mágico e embarque em aventuras no espaço, no fundo do mar, dentro de um formigueiro e até mesmo dentro do corpo humano! Elenco: Lily Tomlin, Daniel DeSanto, Erica Luttrell
Criação: Bruce Degen, Joanna Cole
Plataforma: Netflix

*O início de alguns shows pode demorar poucos minutos, pois a imagem inicial com a abertura da apresentação permanece na tela antes de os músicos começarem a tocar.

**As séries infantis indicadas neste mês têm o caráter educativo e são voltadas para crianças pequenas.

Comunicação da Amagis inova com *podcast* jurídico

Mídia tem o formato de rádio e pode ser acessada por demanda

Com o propósito de ampliar o debate jurídico com a Magistratura mineira, a Assessoria de Comunicação da Amagis criou um *podcast* com entrevista de magistrados, pesquisadores e especialistas dos diferentes ramos do Direito, que, durante o programa, abordam temas atuais do universo jurídico.

O conteúdo publicado em um *podcast* é semelhante ao de um programa de rádio, entretanto o acesso às entrevistas é feito por demanda. Ou seja, cada episódio está disponível em um agregador de áudio, como *spotify*, *soundcloud*, *deezer*, *google podcast*, *apple podcast* e *castbox*. O usuário pode ouvir o programa quantas vezes quiser e quando lhe for mais conveniente.

Entre os episódios disponíveis no *podcast* da Amagis, estão uma entrevista com o juiz Haroldo Dutra Dias, palestrante e escritor, que falou sobre desenvolvimento pessoal, e com o juiz Thiago Colnago, que abordou o trabalho remoto durante a pandemia.

O Amagis Podcast pode ser ouvido nos aplicativos *Spotify* e *Apple Podcasts*, os mais populares entre os internautas, e podem ser acessados diretamente pelas respectivas páginas na internet ou baixados para o celular por meio das lojas virtuais Google Play e na Apple Store. Acompanhe a Associação também pelas redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e Youtube. ●

Ouçá o
Podcast da Amagis

Disponível nas plataformas:

Spotify

Listen on
Apple Podcasts

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS

/ amagismg

/ Amagis

Programa
Check-up

Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br

AMAGIS
Saúde

PENSAMENTO JURÍDICO

Divórcio na quarentena

Com o isolamento social, por conta da pandemia do Coronavírus, crescem os conflitos familiares, nas relações interpessoais. Há registros de aumento de divórcios em vários países. Como está a situação aqui no Brasil e em Minas? Conversamos com a juíza Andreísa de Alvarenga Martinoli Alves, titular da Vara de Família e Sucessões de Uberaba, que nos falou sobre esse assunto. [Foto]



Semana Nacional de Adoção

Semana Nacional de Adoção A Semana Nacional de Adoção coincidiu com este momento atípico da pandemia. Como as atividades foram afetadas e a adoção propriamente dita? Quais iniciativas têm sido incentivadas? Entrevistamos a desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, superintendente da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMG, que nos falou sobre a importância da Semana Nacional de Adoção.

Atendimento dos Juizados Especiais

Em tempos de Coronavírus, os Juizados Especiais tiveram que buscar meios de manterem-se ativos para garantir o direito do cidadão. Um exemplo foi a realização de videoconferências. Qual a eficácia das audiências virtuais? Entrevistamos a juíza Flávia Birchal, coordenadora dos Juizados Especiais de Belo Horizonte sobre os serviços jurisdicionais prestados na pandemia.

Recuperação Judicial

O Pensamento Jurídico conversou com a juíza Ivone Cerqueira Guillarducci, da Vara de Sucessões, Empresarial e de Recursos Públicos de Juiz de Fora. Falamos sobre a situação de recuperação das empresas neste momento de quarentena. Discutimos também o PL 1397/20, que propõe a alteração de regras relacionadas à Recuperação Judicial e renegociação de dívidas.

VIA JUSTIÇA

Proteção dos idosos na quarentena

O Via Justiça falou sobre a proteção dos idosos em tempos de pandemia. Qual é a realidade hoje? As famílias estão cumprindo esse dever constitucional? Participaram do programa o juiz Rafael Arrieiro Continentino, da Comarca de Capelinha, e a advogada Mariana Tavares, diretora primeira-secretária da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais. [Foto]



Implantação do PJe Criminal

O programa debateu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) Criminal no Judiciário mineiro. Conversamos com o juiz Haroldo André Toscano de Oliveira, da 2ª Vara Criminal, e o juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Delvan Barcelos Junior, coordenador da Diretoria Executiva de Informática do TJMG, que falaram sobre os desafios da novidade para a prestação jurisdicional.

Lei de Alienação Parental

Em 2020, a Lei de Alienação Parental completa 10 anos, podendo sofrer alterações neste ano no Senado, a pedido CPI dos Maus Tratos. Nossos convidados, o juiz Hélio Costa Martins, da Vara de Família e Sucessões de Uberaba, e a advogada Sofia Miranda Rabelo, 2ª vice-presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, comentam a alienação parental durante a pandemia.

Atendimento do CIA-BH na pandemia

Debatemos o funcionamento do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional [CIA-BH] neste momento de pandemia. Como o Centro está trabalhando no período de isolamento social? Para falar sobre o tema, entrevistamos a juíza Riza Aparecida Nery, coordenadora do CIA-BH, e o juiz Afrânio José Nardy, da Execução Penal do CIA-BH.

PANDEMIA, TRABALHO A DISTÂNCIA E O JUDICIÁRIO

O TJMG já viabilizava o teletrabalho com a adoção de processos virtuais

LAILSON BRAGA BAETA NEVES*

O trabalho a distância, também chamado home office, há muito nos chama a atenção, posto que sinaliza para soluções relativas à atividade laboral futura.

Em face de nossas atividades, sempre nos reclamou maior cuidado, o serviço público e, em especial, no Judiciário, nosso campo de atuação.

Domenico de Masi recomenda o teletrabalho, ou home office, como mecanismo de conferir mais eficiência, conforto e possibilidade de maior criatividade no exercício de suas funções, em face do tempo ocioso.

Um trabalhador inserido na modernidade tem hora para entrar no ambiente de trabalho e hora para sair, mas nunca sob seu controle.

Sendo assim, ele tem que se deslocar, bem como uma multidão, por uma variante temporal de uma hora até três horas ou mais para chegar ao local de trabalho e fazer tudo aquilo que poderia fazer de sua casa.

Portanto, via de regra, já chega ao local onde exercerá suas funções, extremamente estressado e cansado, enquanto se executasse as mesmas tarefas em um ambiente mais favorável, ele as cumpriria com menor desgaste físico e mental, gerenciando suas atividades com outras que lhe aprouver.

Certo é que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a criação e instalação dos programas de processos virtuais (PJe, Themis etc.), já vinha viabilizando o trabalho a distância, executado por serventuários e magistrados, em concorrência com o labor presencial.

As ferramentas em questão vêm sendo aperfeiçoadas, permitindo, inclusive, a realização de sessões virtuais e até audiências de conciliação nos mesmos moldes.

A coexistência dos processos físi-

cos, entretanto, obriga a presença física em muitas ocasiões, mas não de forma absoluta.

Já foram iniciados os procedimentos de digitalização dos processos físicos, o que reduzirá, por certo, a necessidade de presença física em sua movimentação e resolução.

Todos esses projetos e ações estão em consonância com o CPC/2015 em vigor, que predica a virtualização dos processos e atos processuais, como meio de celeridade processual e meio de realização concreta do princípio da duração razoável do processo.

Foi diante de tal cenário que o ambiente judiciário foi colhido pela pandemia que ora assola o mundo e, atualmente, com maior ênfase, o Brasil.

Por conseguinte, a obrigatoriedade de isolamento, ainda que não absoluto, provocou a aceleração de tais procedimentos e medidas que foram implantadas, mas não se pode dizer que o Tribunal de Justiça estivesse sem as condições necessárias para realizá-las.

De pronto, as sessões e audiências presenciais foram suspensas, transferindo-se para as virtuais, respeitando-se o direito de sustentações e intervenções orais, quando previstas em lei.

Assim, conforme a concordância das partes e seus patronos, a princípio, tais intervenções foram efetivadas por meio de áudios gravados e cujas mídias foram enviadas para os órgãos correspondentes.

Aqueles que não concordaram tiveram seus processos retirados de pautas para que fossem realizadas as sustentações orais quando as atividades presenciais forem retomadas.

Nesse ínterim, foi desenvolvido um programa que permite a manifestação por videoconferência, o que permite às partes e aos seus patronos terem interlocução com o

magistrado por tal meio, bem como realizar sustentações e manifestações orais, o que soluciona a questão acima mencionada quanto ao direito de interlocução direta com os julgadores, e que afastará a necessidade de adiamento de julgamentos ou audiências pela necessidade de interlocução direta.

Certo é que, apenas nesse período, o TJMG executou mais de 15 [quinze] milhões de atos processuais, entre despachos, decisões, audiências, sentenças e acórdãos.

A calamidade que se abateu sobre o mundo nos faz refletir sobre a necessidade de mudança de paradigmas na vida cotidiana e nas relações em geral. O ambiente judiciário não pode deixar de participar de forma ativa de tais questões.

A eficiência do trabalho a distância, tanto no que diz respeito à celeridade quanto ao seu potencial qualitativo, nos faz pensar na necessidade de sua permanência, com os consequentes aperfeiçoamentos que a própria atividade impõe.

Talvez, somente agora, diante de uma hecatombe de proporções épicas, estejamos voltados a refletir sobre os problemas do trabalho presencial e as vantagens da virtualização em nosso ambiente.

Podemos citar alguns pontos: dispensabilidade de ambientes de trabalho muito grandes; menor deslocamento de pessoas, diminuindo a poluição sonora, do ar, diminuição do gasto de papel, maior acessibilidade das partes de advogados do interior; menor custo do processo; aumento da transparência e do poder fiscalizador; aumento da celeridade processual e duração razoável do processo.

Mencionamos esses apenas para ilustrar, mas ressaltando que não é a solução para todos os problemas da Justiça, todavia, uma ferramenta que deve ser utilizada sabiamente e com parcimônia, prestigiando a eficiência, mas sem o sacrifício da saúde mental e física dos agentes envolvidos [partes, advogados, serventuários e magistrados].●

[*] Desembargador do TJMG, mestre e doutor em Direito

Autoconhecimento traz avanços

Olhar para si mesmo possibilita desenvolver habilidades

“Não existe ser humano, capacidade humana que consegue ser bom em tudo”, essa afirmação é da psiquiatra Tatiana Mourão, credenciada à Amagis Saúde, para quem cabe aos indivíduos olharem para si mesmos e ponderar quais habilidades elas dominam e o que não sabem fazer muito bem e podem melhorar.

A especialista citou como exemplo um atleta olímpico que tem um alto desempenho em uma modalidade, mas que pode não ter o mesmo sucesso em outra atividade esportiva. Nesse contexto, segundo Tatiana Mourão é que o conhecimento das características pelo indivíduo permite que ele busque o aprimoramento e tenha o melhor desempenho possível.

De acordo com a psicanalista, muitas vezes, a infelicidade está baseada em olharmos o que é impossível. “Se desejarmos o que nós nunca vamos obter, temos uma receita para uma vida infeliz”, disse Tatiana Mourão ao apontar a necessidade de compreender o que nossa vida nos permite.

Tatiana Mourão afirmou que o cérebro humano é resultado de milhares de anos de evolução, nos quais foram desenvolvidas funções como, por exemplo, de julgamento, censura, moral. A especialista observou que, quando as pessoas são muito pressionadas, elas podem ter algumas alterações hormonais e inflamatórias no organismo que podem impactar o funcionamento do sistema nervoso. ●

REPRODUÇÃO



Psiquiatra Tatiana Mourão

DICAS AMAGIS SAÚDE

Diferença entre os exames para teste do Covid-19

Atualmente, no Brasil, os exames disponíveis comercialmente para teste de Covid-19 são divididos em dois grupos: molecular RT-PCR e testes de anticorpos. Saiba quais as diferenças entre esses tipos de exame e a eficácia de cada um deles.

O QUE É RT-PCR?

O teste RT-PCR utiliza técnicas de biologia molecular para detectar se o vírus SARS-CoV-2 está presente no corpo. É considerado o padrão-ouro no diagnóstico da COVID-19, cuja confirmação é obtida pela detecção do RNA do coronavírus na amostra analisada, obtida preferencialmente a partir de secreções respiratórias coletadas por meio de swabs de orofaringe (garganta) ou nasofaringe (nariz). Esse exame foi incluído no rol de procedimentos e eventos em saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e possui cobertura da Amagis

Saúde. De acordo com as Diretrizes de Utilização da ANS, a cobertura é obrigatória quando o paciente se enquadrar na definição de caso suspeito ou provável de doença pelo coronavírus, segundo os critérios do Ministério da Saúde, motivo pelo qual esse teste necessita de autorização da Amagis Saúde.

SOROLOGIA DO COVID-19

A sorologia é o exame capaz de detectar os níveis de anticorpos IgM e IgA [fase aguda, após 7 dias dos sintomas] e IgG [fase tardia] no sangue. O resultado do teste mostra se a pessoa já teve contato com o vírus SARS-

-CoV-2 e se o sistema imunológico produziu os anticorpos contra a doença. Esse teste é recomendado para definir conduta terapêutica e não tem cobertura da Amagis Saúde.

TESTE RÁPIDO

Assim como a sorologia, o teste rápido não detecta especificamente o novo coronavírus [Sars-CoV-2], mas sim os anticorpos [IgM e IgG] produzidos pelo organismo, depois de a infecção ter ocorrido. Esse método pode auxiliar no mapeamento da população que já teve o vírus ou foi exposta a ele, mas não tem função de diagnóstico.



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

Diretora Financeira

Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora da Amagis Saúde

Juíza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634

Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

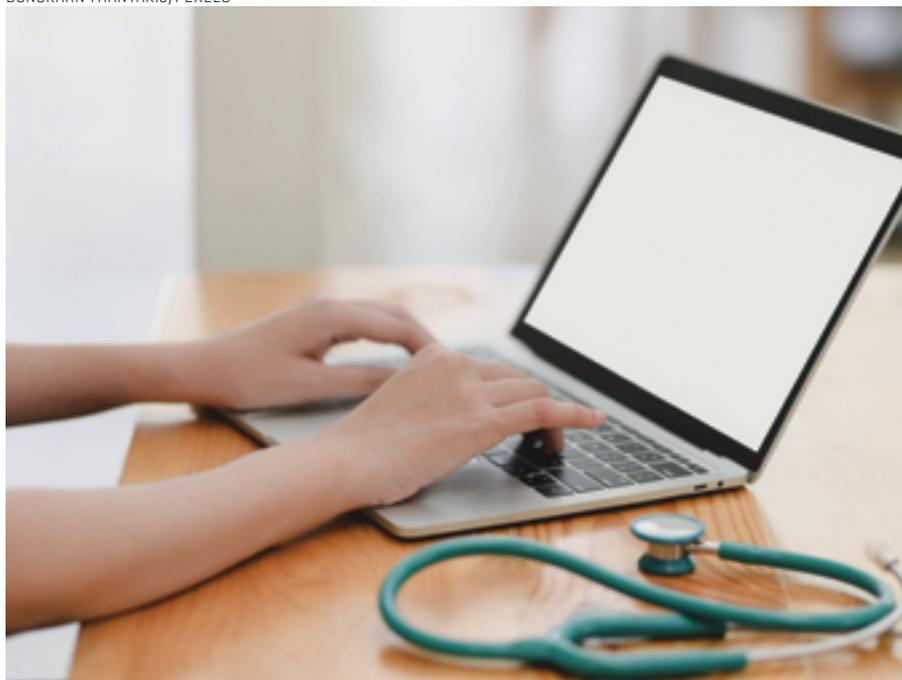
Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Amagis Saúde aprimora sistema de teleconsulta

Plano ampliou atendimento virtual com o Hospital Vila da Serra

BONGKARN THANYAKIJ/PEXELS



Com a boa procura pelos usuários do plano, a Amagis Saúde decidiu, em parceria com o Hospital Vila da Serra, aprimorar o serviço teleconsulta ampliando o atendimento em especialidades, clínica médica, cardiologia, ortopedia, ginecologia, obstetrícia, neurologia clínica e pediatria. Casos suspeitos do novo coronavírus (Covid-19) também serão atendidos pelo sistema.

As consultas deverão ser agendadas previamente, por meio do site amagissaude.com.br, de acordo com a disponibilidade do horário de atendimento, que é de segunda a sexta-feira, de 8h às 18h. A plataforma para a marcação de consultas ficará disponível 7 dias por semana, 24 horas por dia.

Após a marcação, o associado vai receber um e-mail com a confirmação do agendamento, e cinco minutos antes da consulta o paciente receberá, também por e-mail, um link para o ambiente virtual da consulta, que só poderá ser acessado cinco minutos antes do horário agendado.

Para ser atendido, o usuário do plano deverá apresentar ao médico documento oficial de identifica-

de com foto e a carteira da Amagis Saúde. O link para iniciar a teleconsulta terá validade máxima de 90 minutos após o horário agendado. A consulta deve ser finalizada pelo usuário clicando no ícone vermelho com a imagem de um telefone. Caso isso não seja feito, haverá implicações no pagamento.

Para acessar o sistema de teleatendimento, o paciente precisará de um computador, tablet ou celular com recursos de câmera, áudio e microfone. Recomenda-se que o usuário utilize preferencialmente um computador com sistema operacional Windows e navegador Chrome, e que a conexão com a internet tenha no mínimo dois megabytes.

O uso da plataforma online estará disponível enquanto durarem as ações de prevenção ao Covid-19, conforme a Portaria nº 467 do Ministério da Saúde, de 20 de março de 2020, e a Lei 13.989, de 15 de abril de 2020. O sistema poderá ser acessado pelo site amagissaude.com.br. Em caso de dúvidas, os usuários do plano podem mandar um e-mail para teleconsulta@amagis.com.br.

REQUISITOS TÉCNICOS PARA A TELECONSULTA

- Para acessar o sistema de teleatendimento, você precisará de um computador, tablet ou celular com recursos de câmera, áudio e microfone
- Dê preferência para computador com sistema operacional Windows e navegador Chrome
- Por restrições impostas pela Apple, o sistema não funciona bem nos equipamentos MacBook
- O módulo de teleatendimento não funciona no navegador Samsung Internet [restrição da tecnologia deste navegador]
- Caso o usuário utilize o sistema por meio de uma rede de dados corporativa, é importante certificar com a sua equipe de TI de que os endereços eletrônicos www.teleatendimento.net.br e app.teleatendimento.net.br não serão barrados por um mecanismo de segurança de rede
- O link de internet para acesso à plataforma deverá estar operando com velocidade mínima de 2Mb
- Evite fazer o teleatendimento por conexão 3G, pois não tem bom desempenho;
- Antes de iniciar o teleatendimento, verifique se algum outro aplicativo está prendendo os recursos de mídia do seu equipamento. Neste caso, feche-o antes de iniciar o atendimento
- Você pode fazer, a qualquer momento, testes de funcionamento dos recursos de mídia de seu equipamento por meio do link: <https://app.teleatendimento.net.br/teste-atendimento>
- Se sua conexão cair durante o teleatendimento, basta você entrar novamente no link ou clicar novamente no botão "Iniciar atendimento". Atenção: se você finalizar o teleatendimento não será possível reiniciá-lo



+ SAÚDE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PLANTÃO TELEFÔNICO
(31) 3079-3478
FINAIS DE SEMANA E FERIADOS
(31) 9 9977-2860

Notícias da Amagis pelo
Whatsapp ou Telegram
(31) 99881-4367

Juízes contam por que aprovam a Amagis Saúde

Plano teve avaliação positiva de 98,9% da Magistratura mineira

A aprovação da Amagis Saúde por 98,9% dos usuários do serviço é resultado de 44 anos de trabalho das diretorias da Associação, cujo objetivo é garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos magistrados e seus familiares, que têm no plano um aliado constante, desde a prevenção até as horas mais difíceis.

Esse é o caso do juiz Marcos Alves de Andrade, da Comarca de Barbacena [Campo das Vertentes], cujo nascimento prematuro do neto contou com o apoio da Amagis Saúde e da Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo [Cabesp], parceira da Amagis Saúde no plano Grupo de Estados, que deu suporte à vinda da criança e internação pós-parto.

O magistrado contou que seu filho, Marcos Alves de Andrade Júnior, viajava de São Paulo para Barbacena, quando nas proximidades de Guaratinguetá [SP], a mãe da criança, grávida de seis meses passou mal. Eles pararam em uma pousada, e a nora foi encaminhada para o Hospital Frei Galvão, em Guaratinguetá, onde o parto foi realizado. "O meu filho está elogiando o plano", comentou.

SERVIÇO ESPECIALIZADO

Na Comarca de Juiz de Fora [Zona da Mata], o juiz Evaldo Elias Penna Gavazza, há dois anos, precisou ser submetido a uma cirurgia cervical em apenas 50 dias. De uma hora para outra, sem que tivesse apresentado algum sintoma, o magistrado começou a sentir fortes dores na coluna e perdeu a força no braço direito.

A confirmação da necessidade de realizar a cirurgia foi feita logo após um exame de ressonância magnética identificar o diagnóstico. Daquele

momento, Penna Gavazza destacou uma curiosidade que foi o fato de o médico comentar que a Amagis Saúde indicou uma prótese de qualidade superior à indicada pelo neurocirurgião. "A Amagis Saúde é o que nós temos de melhor", afirmou.

Submetida a um procedimento cirúrgico mais simples, a juíza Maria Clara Silva, da Comarca de Guanhães [Vale do Rio Doce], ressaltou a agilidade no atendimento da Amagis Saúde. Segundo a magistrada, sempre que ela precisou de uma autorização para um procedimento, o serviço foi liberado sem burocracia. "Só tenho elogios ao atendimento da Amagis Saúde", disse.

BOM ATENDIMENTO

A qualidade no atendimento foi um dos motivos para a juíza Cláudia Costa Cruz, da Comarca de Belo Horizonte, fazer a migração do seu plano antigo para a Amagis Saúde. Entre as ações promovidas pelo plano de saúde da Magistratura mineira, a magistrada destacou o programa de Check-up. "Com o Check-up você elimina uma série de consultas diferentes que seriam feitas com médicos diferentes ou até mesmo postergaria, pois os exames são realizados no mesmo lugar", avaliou.

Além do Check-up, a Amagis Saúde promove o Programa Amor à Vida, no qual os associados da Amagis podem fazer consultas gratuitas com um cardiologista, endocrinologista, nutricionista, geriatra e psicanalista. A Associação também oferece atendimento odontológico, aulas de fisioterapia e conta com uma rede credenciada de cerca de 2 mil prestadores de serviço em todo o Estado. ●

ERIC BEZERRA/TJMG



"Com o Check-up você elimina uma série de consultas diferentes que seriam feitas com médicos diferentes"
Juíza Cláudia Costa Cruz

TJMT



"A Amagis Saúde é o que nós temos de melhor"
Juiz Evaldo Elias Penna Gavazza